

# A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA, A DEMOCRACIA CONTINGENTE E A PECULIAR CONTRIBUIÇÃO GAÚCHA

## *THE BRAZILIAN SOCIO-HISTORICAL DEVELOPMENT, THE CONTINGENT DEMOCRACY, AND THE CONTRIBUTION OF RIO GRANDE DO SUL*

Cesar Beras<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente artigo, constitutivo dos estudos de pós-doutoramento que estão sendo realizados, objetiva contribuir para a pesquisa sobre o processo de racionalização democrática no Brasil verificando quais são os traços da formação sócio-histórica de nosso País que desafiam a realização da democracia. Sustenta que a realização ou não da democracia no desenvolvimento do país não é algo natural, mas uma construção racional (racionalização da democracia) que atende a diferentes projetos em disputa. Postula o princípio de que o processo de formação sócio-histórica nacional foi marcado por um típico processo de colonização com base na escravidão (violência, promiscuidade, patrimonialismo e cordialidade, antiética do trabalho etc.). Aborda os elementos peculiares de como o coronelismo se estruturou, em particular no Rio Grande do Sul, e seu impacto neste processo de racionalização do elemento democrático no Brasil. Este processo configurou uma herança não democrática que desafia e hegemoniza até hoje constantemente a realização de uma dinâmica de democracia enquanto um sistema de poder com base na articulação de posições a partir da vontade constituída por majorias no debate público.

**Palavras-chave:** Ciência Política. Democracia contingente. Racionalização democrática. Coronelismo gaúcho.

### ABSTRACT

*This present article, constituent of post-doctoral studies being carried out, aims to contribute to the research on the process of democratic rationalization in Brazil checking what are the features of the socio-historical background of our country that challenge the realization of democracy. It maintains that the realization or not of democracy in the country's development is not something natural, but a rational construction (rationalization of democracy) that caters to different projects in dispute. It posits the principle that the process of socio-historical national shaping was marked by a typical process of colonization based on slavery (violence, promiscuity, patrimonialism and cordiality, labor anti-ethics). It approaches the particular*

---

1 Possui graduação em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2000), Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2003), Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2008) e Pós-Doutorado em Ciência Política na UFRGS (2016).

*elements of how the “coronelismo” was structured in Rio Grande do Sul, Brazil, and its impact in this rationalization process of the democratic element in Brazil. This process set up an undemocratic heritage that challenges and hegemonizes until today constantly the realization of a dynamic of democracy as a system of power based on the articulation of positions from the will constituted by majorities in the public debate.*

**Keywords:** *Political Science. Contingent democracy. Democratic rationalization. Colonelism.*

## INTRODUÇÃO

O centro da discussão aqui proposto é a relação entre o nosso processo de formação sócio-histórico com vieses que, acredita-se, conservador e autoritário e seu impacto na constituição da democracia no Brasil<sup>2</sup>. Para demonstrar tal conexão vamos, primeiro, verificar a dinâmica de construção da democracia na gênese e no desenvolvimento de nossa formação nacional, sendo que para isto construímos e apresentamos dez períodos do desenvolvimento sócio-histórico focando em cada período o tipo específico de racionalização da democracia ocorrido.

Em seguida, vamos apresentar a partir do quadro sócio-histórico configurado os elementos iniciais para a configuração da forma específica de democracia brasileira, uma forma contingente e em construção, modulada por sólidos mecanismos culturais constituídos no cerne de nossa formação histórica inscritos nas formas de realização de nossa sociabilidade política (processo de colonização e escravidão, de não participação social e política e da centralização do poder e da propriedade privada/rural e atualmente industrial - apropriada regionalmente de forma vertical e não horizontalizada), desde o processo de colonização e presentes no desenvolvimento sócio-histórico do país até os dias de hoje.

Em terceiro vamos buscar identificar neste processo de racionalização da democracia no Brasil, a partir da configuração de uma democracia contingente, alguns aspectos peculiares que advém da forma como se constituiu o coronelismo no Rio Grande do Sul, apresentando suas principais características e consequente impacto no processo nacional como um todo: a função de defesa da fronteira e por isto a singularidade da afirmação de uma mentalidade militar, em nome do poder central, mas de forma privada, opondo de forma estrutural interesses privados a interesses públicos e logo afetando e reduzindo o alcance universal da esfera estatal. Tal

---

2 Este trabalho é parte integrante da pesquisa bibliográfica realizada no processo de pós-graduação realizado em 2015/6 no PPG de Ciência Política da UFRGS. A periodização construída tem servido de base histórica para diferentes artigos relacionados à configuração da democracia no país, frutos da pesquisa realizada.

forma de privatização do Estado, de patrimonialização e coronelização da política, que se firmaram no contexto nacional, mas que tiveram uma forte contribuição gaúcha, colaboram para as fragilidades de construção da democracia, que buscamos contornar nesta breve e introdutória reflexão

## **1 O processo de racionalização em nossa formação sócio-histórica: uma breve genealogia**

Partimos do princípio de que há um vínculo constitutivo entre as formas de transição de regime político no país, que pode ser caracterizado em 10 diferentes e sucessivos períodos, e a formação de uma dinâmica política de nossa sociedade, a saber, de uma racionalização conservadora e autoritária. Façamos agora uma, pequena genealogia dessas transições autoritárias e conservadoras, sintetizando alguns elementos de cada um dos dez períodos construídos.

A democracia praticamente não existia nos tempos de colonização, tendo eclodido praticamente com seu final e com a eclosão de repúblicas a partir dos ventos gerados pela Revolução Francesa. Neste cenário inicial, de transição do feudalismo para o capitalismo, a partir do primeiro e segundo período sócio histórico configurado: Colônia imperial (1500-1808) e Império Colonial (1808-1822), é possível, grosso modo, identificar portanto, os primeiros traços autoritários advindos da dinâmica específica de nossa colonização, no Brasil, quer por um comportamento patrimonialista de nossas elites, quer por um comportamento de submissão aos valores dominantes e de naturalização do autoritarismo, desde a implantação da colônia com um sistema de poder instituído de cima para baixo preocupado com a articulação da exploração da grande propriedade rural e da comercialização no mercado externo:

Talvez, devido à natureza capitalista do domínio, circunstância que lhe era fixada pelo mercado externo, propendia o crescimento da economia nacional a exprimir-se em extensão, sempre significando ocupação de novas terras. Mas é toda a política econômica posterior à atividade extrativa dos primeiros tempos que daria origem ao latifúndio brasileiro. (Aqui foi estabelecido, para a correção dos defeitos do regime das capitânicas, o governo-geral, cuja força centralizadora e absolutista, emanada do preposto do soberano, alcançava quase todos os setores das atividades coloniais) (MERCADANTE, 1980, p. 45).

Estamos falando de 300 anos ou mais de sistema escravagista que tem profundas consequências, das quais buscaremos enumerar três: 1º) a constituição de uma cultura de racismo, violência e trespassamento sexual, onde o negro é uma propriedade privada do senhor, não só econômica, mas sexual e moral<sup>3</sup>, b) a constituição de uma antiética do trabalho, que menospreza tal atividade, pois é algo de não humanos ou humanos de segunda categoria<sup>4</sup> e c) um profundo processo de exclusão social, pós-abolição e de conformação de um grande fosso entre pobreza e riqueza, mais conhecido como desigualdade social que será reforçado pela forma específica de construção de nossa cidadania, a saber de cima para baixo (invertida), vide termos primeiros os direitos sociais, de cima para baixo, depois os políticos e, a menos de 30 anos, os civis, todos em construção<sup>5</sup>.

O que divide os dois períodos analisados de forma conjunta até aqui é o advento da vinda da família real para cá, que embora dê continuidade à dominação de caráter colonial gera impactos administrativos e políticos significativos para a construção do Estado e posteriormente da nação brasileira. O processo da vinda do rei implicava na época em vantagens objetivas: evitava desgraças de um confronto militar com a França, garantia a segurança da família real durante a travessia atlântica e afastava a possibilidade da invasão do Brasil pela Grã-Bretanha expressando uma grande virtude dos seus estrategistas, a manutenção da unidade do Império de Portugal<sup>6</sup>. Havia, já em uma fase avançada da transição para o capitalismo, um enorme medo da perda do *status* imperial e das vantagens inerentes.

O terceiro período histórico, por nós denominado de Independência Imperial-colonial (1822-1889), é quando vai aparecer pela primeira vez em nossa história um processo de democracia, mas com base em voto seletivo e sempre permeadas pela forte e já identificada mentalidade conservadora-autoritária. Ele emerge de três situações objetivas: a) a derrota definitiva de Bonaparte pela Santa Aliança e de uma relativa estabilidade política conservadora para a Europa. Isto no momento em que b) o Rei resolve prolongar sua estada no Brasil, o que significaria para alguns seu abasileiramento, quando a ideia geral era de intensificação de colônias buscando barrar os processos de independência em escala geral. Nesse contexto, c) ocorre uma disseminação global dos ideais republicanos desencadeados pela Revolução Francesa, base da onda de independências principalmente

3 Vide a reflexão de Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala* (FREYRE, 1975).

4 Vide a reflexão de Caio Prado Jr. (PRADO JR., 1969; 2004).

5 Vide a reflexão de Murilo de Carvalho (CARVALHO, 2012).

6 Conferir discussão aprofundada em SLEMIAN, A.; PIMENTA, J. P. O “nascimento político” do Brasil: as origens do Estado e da Nação (1808 – 1825). Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

na América Latina. Colocamos no centro do poder ao invés de um Presidente, um rei, agora não mais de um Império Português, mas brasileiro (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Carvalho (2012) aborda as características gerais do processo: foi pacífico, com pouca revolta, de cima para baixo, sem uma ruptura revolucionária, como as ocorridas na Europa por exemplo. Enfim, não houve aqui uma guerra e um processo de libertação, como em outros processos de independência que estavam ocorrendo. Assim, o caso brasileiro foi fruto no geral de uma negociação entre a Coroa e a Inglaterra, agora a nação que nos dominava no plano internacional e nacional. O resultado disto foi a manutenção da monarquia no Brasil, ou seja, uma solução conservadora.

Nesse contexto é que vai emergir nossa primeira constituição. O problema central colocado, que novamente identifica o traço conservador, inclusive já na origem de nossas pretensões liberais, era o de substituir as restrições políticas e econômicas do regime colonial pela estrutura de um Estado nacional, que significava liberdade e soberania nacional, mas com uma burguesia mercantil. Nesse sentido, a grande característica da constituição de 1824 foi o poder moderador<sup>7</sup> que coadunava formas liberais e poder monárquico expresso no poder de formação e dissolução do governo, da indicação dos candidatos e na sanção e apadrinhamento da vida política nacional.

Podemos agora caracterizar o quarto período: a República. É quando o Brasil, durante a fase final do império nacional, começa a experimentar um primeiro processo de modernização (estrada de ferro, telegrafo etc., e a partir disso inicia a desenvolver outro tipo de burguesia no país com base no comércio que tenciona com a burguesia imperial - proprietários rurais).

Este ambiente vai compor o pano de fundo para difusão de um pensamento liberal antiaboliconista a favor do sufrágio universal que sustenta a abolição de 1888 e a passeata, militar, que decreta o fim do Império. Esse processo é condicionado pela guerra do Paraguai que fragiliza a imagem do imperador e, simultaneamente a isto, da consolidação da imagem do exército que inicia a separação com a guarda nacional e a criação de uma elite própria; aliado a isto, o crescimento de simpatizantes para a República e a abolição definitiva e o aumento da dívida interna com a Inglaterra.

No quarto período temos uma grande novidade no cenário sócio-histórico de nossa formação: a entrada dos militares como novos atores responsáveis também por uma transição de cima para baixo:

---

7 Para aprofundar conferir Skidmore (1998, p. 72).

A República foi produto da ação de um grupo de oficiais social e intelectualmente antagônico a elite civil do Império, insatisfeito com a situação do país e com seu próprio status político. Mas esses oficiais estavam dividindo internamente, e não conseguiram chegar a um acordo sobre o significado do republicanismo ou quanto aos objetivos institucionais do novo regime (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 320).

Entretanto, há aspectos que configuram a continuidade conservadora-autoritária de nossas elites: a implantação, nesse momento somente no papel, de um sufrágio que, porém, era ainda um sistema censitário, uma democracia parcial, na melhor das hipóteses onde ainda eram excluídas as mulheres, também os mendigos, soldados, analfabetos e religiosos. Novamente uma cidadania política limitada com um colégio eleitoral reduzido:

Contudo, certas características vindas de longa data persistiam e foram até aprimoradas. Uma delas era o perfil oligárquico da nação: novas leis eleitorais mantiveram o número reduzido de eleitores e cidadãos elegíveis para cargos públicos (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 320).

Assim, temos o que pode se chamar de primeira ditadura militar nacional, com o advento dos governos de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto que se caracterizam por uma ditadura da República: fechamento do congresso, ausência de liberdades políticas e muito autoritarismo, ou seja, nossa experiência republicana, caracterizar-se-ia por substituir formalmente uma tradição autoritária colonial-imperial por uma tradição autoritária militar, conservando a posição e os interesses das elites (propriedade rural intocável, privilégios intocáveis...) e a ausência de uma democracia com sufrágio universal.

Somente em 1894 teremos a primeira presidência civil no país com, no mínimo, três preocupações centrais: a pacificação do país, envolto em revoltas regionais, a afirmação dos interesses da elite cafeeicultora paulista, que ansiava por espaços que correspondessem a sua importância econômica e a transição de uma república, digamos jacobina (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 320) – militar para uma oligárquica civil.

Este processo de “empoderamento” das elites regionais, que tem consequências até hoje nas formas de nossa sociabilidade política, se assestavava, grosso modo, nas seguintes características: a) confinamento do

conflito político a esfera regional e conseqüentemente a manutenção intocável de um governo central, ou seja cada elite administrava sua região e garantia a estabilidade, b) reconhecimento da plena soberania estadual, onde a intervenção era mínima, potencializando o poder local e c) a manutenção de sistemas eleitorais fraudulentos que garantiam as posições políticas de tais elites.

Chegamos ao nosso quinto período socio-histórico, de um processo de transição da República para a era dos governos de Vargas, a partir da “Revolução de 30”, que tem sua gênese da divisão das elites e de seus pactos de poder com base na divisão regional, com o fim da alternância entre elites, negociação que sustentava a segunda parte de nossa República. Novamente uma transição conservadora, agora no momento de afirmação de um cenário cada vez mais urbano em nosso país.

Nesse ano, Vargas vem para o poder nacional após governar o Rio Grande, dando início a uma nova era na história do país. O ano de 1930 é geralmente considerado como marco inicial do Brasil moderno, e, na realidade, os anos 30 evidenciaram um aumento significativo de vários índices de modernização (SCHWARTZMAN, 1982, p.106).

Neste processo, que anulou o resultado das eleições e com forte presença do elemento militar que, digamos, coordenou a transição, sempre de cima para baixo, evitando rupturas civis e do *status quo* vigente, tivemos o início de um governo provisório que a partir do fechamento do congresso, censura à imprensa, e que afirmavam uma nítida concepção autoritária, permitiu a elaboração de um novo código eleitoral e a constituição de uma assembleia constituinte, porém com algumas características bem nítidas: não houve um processo de alargamento democrático, a estrutura agrária permaneceu inalterada, as disputas regionais sempre presentes e assim o conseqüente aumento do patrimonialismo político.

Temos o início da era Vargas que aliando o desenvolvimento social e desenvolvimento do aparato estatal consolidou uma nova fase do capitalismo no Brasil que resultará na industrialização e configuração e fortalecimento dos centros urbanos. Inaugura-se, com isto, uma nova e extremamente forte tendência de centralização política a partir do Estado com vieses da tradição militar gaúcha com preocupações em manter o equilíbrio entre as elites regionais (SCHWARTZMAN, 1982). Mas esta situação de democracia parcial, no sexto período, vai se transformar numa volta a uma situação de não democracia: o “Estado Novo 1937- 1945”, uma

ditadura civil que constitui este período histórico de desenvolvimento sócio-econômico político e cultural do país.

Skidmore (1998) retrata a formula Getulista: articular simultaneamente os militares e da tecnocracia para a obtenção de um Estado forte, mas **não democrático**, ou seja, temos operando uma racionalização em novos moldes históricos, mas que buscam como nos primeiros momentos da colonização algo idêntico: a construção do capitalismo nacional de forma conservadora, mantendo os interesses agrários e oligárquicos e negociando com as elites urbanas e autoritárias, sem o incentivo e ou criação de mecanismos de participação política.

A estratégia de Getúlio durante o Estado Novo (1937-1945) era depender dos militares para a estabilidade política e de seus tecnocratas para a administração. Aqui, Getúlio estava tomando de empréstimo tanto do fascismo europeu (descartando a democracia eleitoral) como do New Deal americano (dependendo de tecnocratas modernizantes). Fundamentalmente, ele e seus apologistas intelectuais, como Azevedo Amaral e Oliveira Vianna, justificavam a ditadura getulista com base no fato de o Brasil não poder se dar ao luxo da “pequena política” de uma sociedade aberta, por causa dos perigos de seus inimigos, internos e externos (SKIDMORE, 1998, p. 164).

Nesse ambiente é que entramos no sétimo período de transição de regimes no país, por nós identificados, que dá conta da passagem de uma ditadura civil para uma democracia, a partir da eleição de Gaspar Dutra (com apoio decisivo de Vargas) em 1946. Temos assim, com a ressalva de que analfabetos não votavam, um primeiro período democrático (sufrágio universal) 1945-1964 com a participação de amplas massas.

Com exclusão das experiências eleitorais frustradas de 1930 e 1934, o período de 1945-64 foi o único na história política brasileira em que o país experimentou um sistema de participação política de massas. É possível, assim, assumir uma perspectiva histórica de longo prazo e afirmar que este foi um período excepcional, explicado, talvez, pela onda de liberalismo democrático que passou a imperar em toda a América Latina logo após a Segunda Guerra, e que durou, em média, 15 ou 20 anos, conforme o país. Ainda que isto



seja verdade, esta experiência despertou no país um gosto pela liberdade política e a abertura de alternativas de participação, coisas que não poderiam e não deveriam ser esquecidas com facilidade. Conceitualmente, esta experiência coloca o tema de participação no centro da análise do sistema político nacional (SCHWARTZMAN, 1982, p. 115).

Para Schartzman (1982), temos aqui o contato necessário com experiências de democracia, em um contexto geral de desenvolvimento do liberalismo, que propicia os elementos necessários para a afirmação de uma motivação pela busca e afirmação da liberdade e, logo, como meio para isto da busca pela democratização do Estado e da sociedade. Assim, a nova constituição tem como uma de suas ênfases centrais o reforço das instituições e dos processos democráticos, mas ainda com fortes restrições a um sufrágio universal e a uma cidadania política plena: restrição do voto do analfabeto, restrição do direito a greve e ampliação das possibilidades de interferência militar (SCHWARCZ; STARLING, 2015). A partir de 1950 temos a volta de Vargas pelas urnas, seu suicídio, o governo de Juscelino, Jânio Quadros e João Goulart, este interrompido novamente por um período de racionalização conservadora autoritária e não democrático.

Nosso oitavo período traz à tona com pujança nossa característica conservadora-autoritária advinda desde o século XVI, do período da colonização, e atualizado em meados do século XX, pela segunda vez, com a ditadura civil de Vargas e agora uma militar, contra novamente a ameaça dos comunistas e de algum tipo de reforma de base que pudesse atacar as elites e sua estrutura econômica.

A racionalização conservadora-autoritária se manifesta sempre que o *status quo* está ameaçado, quer de forma colonial, imperial, civil ou militar, a partir do rompimento com a democracia, ou seja, o cessamento da liberdade de participar (cidadania política) e das instituições democráticas (voto, parlamento) é sempre a fórmula recorrente das elites e seus apoiadores, de forma padrão aliando formas de crescimento econômico e formas de autoritarismo. Temos, portanto, um regime militar, inconstitucional e antidemocrático:

A área sensível do novo sistema político estava localizada no controle, pelas forças armadas, da presidência da República. Os militares assumiram o governo de forma inconstitucional, conferiram a si próprios poderes de exceção, e cinco generais do Exército se alternaram no comando do

Executivo–Castello Branco (1964 – 67), Costa e Silva (1967-69), Garrastazu Médici (1969–74), Ernesto Geisel (1974–79) e João Figueiredo (1979-85)-além do curto período de uma Junta Militar, composta pelos ministros das três forças, entre agosto e setembro de 1969 (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.449).

Verificaremos a existência de uma intensa ditadura, com atos institucionais e restrições severas aos direitos civis e políticos a partir de forte sistema repressivo, seguida por um logo e gradual processo de abertura, para um novo momento democrático (demonstração das fissuras de concepção entre os militares e das mobilizações populares contra a ditadura). Teremos o congresso aberto, mas com liberdade vigiada e em um sistema bi-partidário (ARENA e MDB). Houve aumento de eleitores, em virtude do milagre econômico (CARVALHO, 2012), que foi um dos grandes responsáveis pelo aumento da desigualdade social no país<sup>8</sup>.

O declínio do crescimento econômico pela forte repressão imposta a sociedade e os movimentos sociais, com o aumento do preço do petróleo aliado ao desgaste das instituições militares, iniciou um processo de abertura política que tem como marco as eleições diretas para governador em 1982 e a montagem do colégio eleitoral.

Nosso nono período de Transição democrática (1984-1989), ele próprio uma forma transitiva para a democracia com sufrágio universal, inicia-se com a eleição de Tancredo, que nem chegou a assumir e foi substituído por Sarney, e chegamos assim na “Nova República” e a constituição de 1988, marco institucional do novo período democrático marcado para 1989. Tal processo tem seu início no seio do processo anterior de racionalização conservadora autoritária, já em 1975 a partir de Geisel e Golbery:

No entendimento da dupla – e de vários comandantes de tropa e líderes de opinião da caserna – os generais precisavam abrir mão do controle da presidência. Primeiro, porque a vida política e a incumbência de zelar pela segurança interna estavam afetando os quartéis e revelando-se um risco para os interesses da instituição. Segundo por que a ditadura envenenara a estrutura interna das forças armadas (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 467).

---

8 Conferir para aprofundar a discussão de Carvalho (2012).

Assim, esse período reafirma a volta para uma forma de racionalização semi-democrática que parte novamente de cima para baixo e busca uma transição segura ao invés de passar para formas de sufrágio universal, uma forma ainda tutelada que prepara isto de forma gradativa e não obstante, que não mexa no *status quo* de nossas elites.

Chegamos em 1989 ao nosso décimo e atual período de transição sócio-histórica de regime político: de uma situação de democracia parcial, para uma situação de democracia com sufrágio universal, com as primeiras eleições diretas, pós-ditadura, e com uma grande novidade: a inclusão do voto dos analfabetos. Temos então uma transição popular, a partir das urnas e mobilizações sociais e partidárias no interior da sociedade civil, sem a tutela ou repressão civil ou militar, sem voto censitário. Nosso segundo período histórico de sufrágio conseguiu se universalizar.

Mas este início é calcado em frustrações, conforme Schwarcz e Starling (2015, p. 491):

A frustração dos brasileiros teve impacto nas eleições de 1989 – a primeira realizada pelo voto popular desde 1961. Se a população havia se decepcionado com a derrota da emenda Dante de Oliveira e com a morte inesperada de Tancredo Neves, ela se frustrava pela terceira vez. Com a hiperinflação batendo na porta, muita gente começou a achar que não existia mais chance para uma saída convencional na situação econômica e que era preciso salvar o Brasil. O candidato a salvador chamava-se Fernando Collor e era governador de Alagoas.

Portanto, o desafio é consolidar a oportunidade do espaço democrático, de uma cultura democrática, que desafie o conservadorismo-autoritarismo. Nesse sentido, tivemos seis eleições diretas regulares: Collor, que teve um impeachment já no seu primeiro ano e foi substituído pelo vice Itamar Franco; Fernando Henrique Cardoso, eleito duas vezes; Luiz Inácio Lula da Silva, também reeleito; e Dilma Rousseff, no início de seu segundo mandato consecutivo. Ou seja, temos, de certa forma, um processo democrático estável, porém, em construção, e em permanente tensão com uma tradição conservadora autoritária que ainda demonstra reflexos e efeitos no desenvolvimento da construção da democracia no país.

## 2 A emergência de uma democracia contingente

Postulamos que estes períodos encerraram de forma oscilante a configuração de ações estratégicas (racionalidade) e de um processo de especialização da democracia (racionalização) a partir da ação das elites, que a torna um fenômeno contingente do processo de desenvolvimento capitalista do país, como um elemento efêmero e concedido no processo de conflitos inerentes ao desenvolvimento de nosso país, que traduz-se em transições marcadamente de cima para baixo, conservadoras e autoritárias que são difundidas e aceitas culturalmente pelos indivíduos.

Tal racionalização advém, conforme insistentemente temos proposto, das formas de patrimonialismo político enquanto forma de condução estatal dos negócios privados, tendo como *contingência* disto uma *sociedade utilitária* com uma ferramenta de apoio para o objetivo central: liberdade de negociar a sua propriedade privada. Há então um capitalismo orientado, ou seja, com traços da busca do lucro com base na tradição como base legitimadora. Nas palavras de Faoro (1975a, p. 733): “A comunidade política conduz, comanda, supervisiona os negócios, como negócios privados seus, na origem, como negócios públicos depois, em linhas que se demarcam gradualmente”.

Nesse sentido, Faoro (1975a) demonstra que houve um estamento independente parasitário e constitutivo do Estado que condiciona a ação deste: controlando o acesso as benesses do Estado (concessões estatais, ordenação do trabalho, cargos...), logo, a partir do autor, verifica-se um possível nexos constitutivo de uma democracia contingente:

As formações sociais são, para a estrutura patrimonial estatal, pontos de apoio moveis, valorizados aqueles que mais a sustentam, sobretudo capazes de fornecer-lhes os recursos financeiros para a expansão – daí que, entre as classes, se alie às de caráter especulativo, lucrativo e não proprietário (FAORO, 1975a, p.739).

Portanto, vemos que separação entre estado e nação é proposital e se reproduz cotidianamente: um Estado patrimonial autoritário e uma população dependente e passiva. O estamento, ao ser flexível, é domesticador das parcelas transgressora e vê o Estado como agência de seus negócios particulares. Assim, tem-se a democracia como uma possibilidade contingente (concedida, permitida, como elemento de cálculo e obtenção dos interesses privados) e uma cultura de passividade, mas também de incorporação da ideologia de um estado providente e de soluções mágicas

para os problemas sociais.

Conquanto, a democracia, a monarquia etc., são técnicas utilizadas de acordo com o contexto sócio-histórico e a necessidade imperativa de garantia dos interesses privados do estamento, ou seja, a partir de sua lógica patrimonial. Há, nesse sentido, uma dualidade entre sociedade e Estado, onde a segunda se caracteriza por uma certa passividade: providencialismo do Estado (cultura da corte) que gera a partir de vários aspectos culturais (escravidão, presença da corte, império etc.) uma cultura geral de dependência, e também o aspecto de reforço do patrimonialismo pessoal que se expande como marca cultural individual. Soma-se a cultura estatal de reforço disto, elemento de sua flexibilidade e de seu autoritarismo, vide o processo de Estadania (CARVALHO, 2012) e vide os processos de transições conservadoras, rompida somente em 1989.

Logo, percebe-se que existe uma necessidade da população da presença do Estado, de sua proteção e benesses e isto estimula a dependência não como algo negativo, mas naturalizado e, por esta razão, base de uma motivação autoritária e individualista. Por outro lado, o *modus operandi* do estamento é necessariamente autoritário, pois vê de forma pragmática as relações sociais em geral, privilegiando sua relação com seus interesses, sempre em primeiro lugar.

E, neste cenário, que emerge como produto atual, uma democracia contingente, ou seja, uma síntese não perigosa, a emergência trivial/mecânica, saldo efetivo do processo de dominação patrimonial/autoritária e logo conservador e como vimos racionalmente pragmático e instrumental. Ela teria, conforme refletido acima, quatro grandes características:

- a) Recente, frágil e em construção a partir de uma dinâmica particular de implantação do capitalismo no Brasil;
- b) Tensionada por uma cultura conservadora e autoritária forte enraizada nas elites e nos indivíduos advinda de um estamento parasitário;
- c) Dependente de uma sociedade civil frágil e também em construção;
- d) Existência de um Estado altamente centralizador.

Assim, a forma de racionalização subjacente ao processo de construção da democracia no Brasil parte da sua sinergia especial com o capitalismo, adotando uma versão híbrida que equaliza formas agrárias e urbanas industriais, como visto acima, e que transforma as relações sociais e logo a democracia em um instrumento a serviço de interesses privados. Temos nosso primeiro desafio: desprivatizar o público a partir da confor-

mação de novas formas culturais não utilitárias, que necessita de reflexões profundas sobre quais elas seriam, tarefa como já dissemos para um próximo trabalho.

O segundo elemento, complementar ao primeiro, dá conta da **tensão entre** o interesse particular x universal, e no Brasil predominou o primeiro - mais um elemento de nossa dinâmica conservadora-autoritária - geralmente, de cima pra baixo, a partir do efetivo e forte controle do acesso ao Estado. Assim, temos um Estado antes, acima e muitas vezes independente da nação não como um poder emanado desta, mas seu controlador e, logo, cerceador de liberdades individuais e coletivas, como nosso desenvolvimento histórico bem demonstrou. Novamente, o desafio é desprivatizar o público, ou tornar universal o acesso ao Estado.

O terceiro elemento, consequência dos demais, é o de uma sociedade civil em construção e ainda frágil, marcada pela constante ausência de uma sociedade civil, por uma forte Estadania (CARVALHO, 2012), que confere direitos e também controles de cima pra baixo, por fortes períodos de autoritarismo civil e militar e por curtos, e também em construção, períodos democráticos com sufrágio universal. Assim, temos uma cultura de passividade de um lado, uma não tradição organizativa de outro e, além disso, um forte traço pragmático, fruto da sinergia entre capitalismo e democracia, já demonstrada, que aponta para o reforço de culturas clientelistas e assistencialistas. O desafio, por consequência, é o de fortalecer a sociedade civil, mais uma condição normativa de Bobbio () e *sine qua nom* para a existência da própria democracia como vimos anteriormente. E aí, mais uma longa e necessária discussão.

O quarto e último elemento complementa diretamente o segundo: da cultura autoritária e forte controle do Estado surge um gigante centralizador e dominador que, como vimos em Faoro (1975a; 1975b), reproduz a necessidade de sua dependência e se guia, via de regra, por interesses privados. Novamente, o desafio é desprivatizar o público.

Buscamos até aqui, delinear os traços conservadores autoritários, base das formas de racionalização e de ação racional sobre o processo democrático que envolve a construção de um padrão cultural constituído pela elite, mas também absorvido e reproduzido pelos indivíduos. Assim, a história da construção de nossa democracia, no Brasil, passa pela racionalidade dos interesses privados e suas consequentes transições conservadoras-autoritárias.

3 Aspectos peculiares da racionalização conservadora – autoritária gaúcha da democracia

Nas reflexões anteriores buscamos identificar uma breve genealogia da forma como a democracia foi construída e, nesse processo, como se especializou, foi na maioria das vezes um elemento de cálculo de nossas elites. Em seguida buscamos conceituar tal forma de democracia como contingente. Vamos agora explorar alguns elementos peculiares de como o coronelismo se estruturou, em particular no Rio Grande do Sul, e seu impacto neste processo de racionalização do elemento democrático no Brasil.

O processo de implantação do coronelismo conforme Faoro (1975a; 1975b), não é algo novo, mas têm como coloração diferenciada no Brasil, dois elementos: a estadualização do poder político, a partir da política dos governadores, que se conecta diretamente aos poderes das lideranças agrárias locais, cada vez mais independentes do poder central imperial:

O fenômeno coronelista não é novo. Nova será sua coloração estadualista e sua emancipação no agrarismo republicano, mais liberto das peias e das dependências econômicas do patrimonialismo central do Império. O coronel recebe seu nome da guarda nacional, cujo chefe, do regimento municipal, investia-se daquele posto, devendo a nomeação recair sobre pessoa socialmente qualificada, em regra detentora de riqueza, a medida que se acentua o caráter de classe da sociedade (FAORO, 1975a, p. 621).

Cabe considerar, entretanto, que o termo coronel é polissêmico em seu significado, podendo ser utilizado tanto enquanto referência externa para membros da guarda nacional, que era empossado de forma legal, como para figuras tradicionais da política, geralmente senhores de terra: “Ao lado do coronel legalmente sagrado prosperou o ‘coronel tradicional’, também chefe político e também senhor dos meios capazes de sustentar o estilo de vida de sua posição” (FAORO, 1975a, p. 621), mas também podendo o termo ter internamente diferentes características que o autor divide entre coronéis obedientes à hierarquia estadual e o coronel burocrata, conforme ele, típico do Rio Grande do Sul:

No ponto extremo dessa supremacia estadual está, acima do coronel obediente, o coronel burocrata, particular ao Rio Grande do Sul. Aos caudilhos rurais, repetidos ao tempo de Silveira Martins, flores da riqueza agrária, o Partido Republicano Rio – Grandense opôs os chefes investidos e fortalecidos pela confiança do poder estadual. Com esse siste-

ma, as camadas médias, funcionários públicos, oficiais da Brigada Militar, pequenos comerciantes, advogados e médicos conquistam posições políticas (FAORO, 1975a, p. 629).

Assim, o coronel burocrata é o chefe investido pelo poder Estadual que reforça, mas suplanta de forma geral a liderança agrária local e seus conflitos de interesses, constituindo uma centralização partidária centrada na estrutura agrária regional. Temos uma situação específica no Rio Grande do Sul que pode ser expressa em uma frase (anedota) atribuída a Borges de Medeiros: “Engano, coronel, o senhor pensa que pensa, mas quem pensa sou eu..” (FAORO, 1975a, p. 630).

Nesse contexto, nossa forma específica de coronelismo teve um impacto significativo na constituição das relações políticas do Brasil, ocupando e hegemonzando espaços significativos quer no exército, quer na estrutura estatal. No primeiro, vemos nitidamente a prevalência estratégica na participação do exército, vide a já discutida função de defesa da fronteira, quando, durante a guerra do Paraguai, possuía 3/4 da participação do efetivo total e após, durante o período da República mantinha a constância de 1/3 a 1/4, além dos principais postos de comando da hierarquia militar, esta influência é configurada pela mentalidade militar gaúcha.

Participação no exercito		Participação no executivo federal*			
Período	Participação	Período	RGS	MG	SP
1852	3/4 do efetivo	1889 - 1910	2,56	12,64	9,02
Após	De 1/4 a 1/3	1910-1930	18,13	16,09	12,37

Fonte: Quadro montado com base em Love (apud SCHWARTZMAN, 1982, p. 67-101).

\* Em anos

Em relação à participação na estrutura federativa, temos a comparação entre o período antes e pós a presidência do general gaúcho Hermes da Fonseca, que são significativos como demonstração da hegemonia gaúcha a partir de sua estrutura coronelista. Em aproximadamente 11 anos o Rio Grande sai da média de 2,56 anos para 18,13, superando os mineiros e os paulistas.

A experiência gaúcha, conforme Scharzman (1982), e os dados acima reforçam isto, será ímpar em nosso processo de formação sócio-histórica, quando o coronelismo representa uma expressão concreta e efetiva com duas características centrais vistas em particular no Rio Grande do Sul o



militarismo e o privatismo<sup>9</sup>.

O primeiro é a influência generalizada da experiência militar na psicologia, estrutura econômica e organização social do Sul. As pressões psicológicas de um estado de beligerância continuam combinadas com as características específicas da guerra de fronteira, levariam a necessidades de lideranças fortes, dotadas de coragem e audácia pessoais bem definidas (SCHWARTZMAN, 1982, p. 66).

Portanto, na primeira característica identificada, nosso “coronel” é de natureza militar, alimentado por uma situação fática de defesa da fronteira que necessitam de lideranças fortes e carismáticas: “A consequência teria sido a existência de uma ordem militar que não era necessariamente rígida, já que não se burocratizava, mas que se centrava em caudilhos fortes e personalistas.” (SCHWARTZMAN, 1982, p. 66).

Assim, focar o Rio Grande significa explorar uma parte do processo de ocupação do território nacional que teve peculiaridades únicas e que deram suporte a uma forte influência desta região no cenário político nacional. Temos a emergência de uma forma de mentalidade militar configurando uma sociedade guerreira, que pelo fato estratégico de defesa da fronteira e de enfrentamento de um “inimigo objetivo”, os espanhóis, caracteriza uma situação de naturalização do uso da violência e da defesa do território nacional:

O quadro de ocupação do território brasileiro deve ser completado com a história do estabelecimento de entrepostos militares nas fronteiras. O mais importante destes estabelecimentos foi, sem dúvida, a Colônia do Sacramento, criada no Rio da Prata em 1680. Ela foi o início de uma longa e intermitente guerra com os espanhóis de Buenos Aires, dando a população do Rio Grande do Sul uma experiência única, no Brasil, de um estado contínuo de violência e mobilização militar (SCHWARTZMAN, 1982, p. 65).

Nesse sentido, se partimos de Weber (2014), identificamos os dois elementos constitutivos do seu conceito de Estado, centro da ação política moderna, onde frisa ter este o monopólio legítimo da violência, ou seja, a

---

9 Elementos que ele vai resgatar de Fernando Henrique Cardoso, vide páginas 65 em diante. RIHGRGS, Porto Alegre, n. 150, p. 55-77, julho de 2016.

capacidade reconhecida e inclusive solicitada pela sociedade de exercício da força, que aponta correlatamente para outro componente do conceito: a dimensão territorial, ou seja, o âmbito de alcance do seu poder. Isto permite pensar a organização do poder a partir de um *locus* objetivo constituído pela busca e defesa dos limites geográficos, que caracteriza sintética e objetivamente a experiência gaúcha.

O Estado é aquela comunidade humana que, dentro de determinado território – o “território” faz parte da definição de Estado –, reivindica para si (com êxito) o monopólio da violência física legítima (WEBER, 2014, p. 391).

Isso pode servir como ponto de partida para pensar o coronelismo no Rio Grande do Sul que se constitui a partir da defesa das suas fronteiras com o uso legítimo da violência e logo enquanto autoridade reconhecida pelo poder nacional. Freund (2003), aprofundando a discussão weberiana, centra na questão que o território é o lugar onde se desenrola a atividade política, pois configura um determinado agrupamento. Dentro deste é que teremos um tipo de autoridade constitutiva das relações de poder.

A atividade política se define, em primeiro lugar, pelo fato de se desenrolar no interior de um território delimitado. Não é necessário que as fronteiras sejam fixadas rigorosamente; podem ser variáveis, entretanto, sem a existência de um território que particularize o agrupamento não se poderia falar de política. Disto decorre a separação característica entre interior e exterior, qualquer que seja a forma de ordem interior ou exterior. Esta separação é inerente ao conceito de território. Em segundo lugar, os que habitam no interior das fronteiras do agrupamento adotam um comportamento que se orienta significativamente segundo esse território e a comunidade correspondente, no sentido que sua atividade se acha condicionada pela autoridade encaminhada da ordem, eventualmente pelo uso do constrangimento e a necessidade de defender suas necessidades. (FREUND, 2003, p.160-161).

O coronelismo é então uma forma de poder, entendido como uma relação social que busca a obediência legítima à sua forma de dominação, fixando necessariamente fronteiras, que no seu caso são as responsáveis

diretas pela sua existência, conformando neste processo de constituição territorial laços de lealdade para com tal função e suas necessárias formas de uso da autoridade, por mais violenta que necessite ser, enquanto forma de atendimento às necessidades do agrupamento local.

A segunda característica identificada por Schwartzman (1982) é o elemento do privatismo, que é genética do coronelismo em si, pois é ele que substitui a forma de relação política entre poder central e estados federados:

O segundo elemento que surge com a militarização de todos os aspectos da vida é a privatização das diversas formas de autoridade civil ou militar. Caudilhos militares tinham suas próprias tropas, usadas em ataques privados a jesuítas, espanhóis ou outros, em tempos de paz, mas que podiam ser mobilizadas pela coroa portuguesa em tempos de guerra formal. A terra era distribuída de acordo com a influência e o poder militar, tanto quanto os privilégios de taxaço e de administração da justiça (SCHWARTZMAN, 1982, p. 66).

Temos assim, na figura do coronel a transferência por parte do poder central das principais funções do Estado, a partir da defesa das fronteiras, possibilitando a administração a partir de interesses privados em uma relação fluida prejudicando diretamente a afirmação de valores democráticos e de autonomia individual e, logo da própria construção de uma sociedade civil, como de resto no conjunto do Brasil, processo relatado na primeira sessão:

Quebrada a armadura estamental, de tendência burocrática, do Império, não emergiriam na superfície social os elementos autônomos, sempre evocados pelos liberais. A supremacia tuteladora do poder público, agora seccionado nos principados e ducados estaduais, continuou a operar num molde próximo ao regime colonial, no qual o particular exercia, por investidura ou reconhecimento oficial, funções públicas. Obviamente a linha entre o interesse particular e o público, como outrora, seria fluida, não raro fins privados (FAORO, 1975, p. 631).

O centro de tais relações no caso gaúcho advém da estrutura agrária e de seus decorrentes interesses privados. Portanto, vimos em Leal (2012)

que o seu centro constitutivo é o de um poder privado, como veremos a partir de uma conexão direta com o poder público, porém usando-o a seu favor, transformando -o em seu patrimônio pessoal<sup>10</sup>:

É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa (LEAL, 2012, p. 22).

Há, portanto, uma forma de sinergia entre público e privado, onde o segundo domina o primeiro, assim como se expande a partir deste. O centro constitutivo desta relação se dá pela demanda efetiva de voto desencadeada pela implantação do sufrágio universal que oportunizará uma prática deformada de democracia onde o processo eleitoral vira uma arena de defesa de interesses particulares:

Paradoxalmente, entretanto, esses remanescentes de privatismo são alimentados pelo poder público, e isso se explica justamente em função do regime representativo, com sufrágio amplo, pois o governo não pode prescindir do eleitorado rural, cuja situação de dependência ainda é inconteste (LEAL, 2012, p. 22).

Assim, a constituição do Estado Brasileiro e de seu território é paradoxal, pois se constitui não pela afirmação de interesses gerais da nação, mas de uma parte desta, a elite territorial que tem a função de garantia das fronteiras e isto leva a práticas políticas antidemocráticas tais como:

Desse compromisso fundamental resultam as características secundárias do sistema “coronelista”, como sejam, entre outras, o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais (LEAL, 2012, p. 22).

Nesse sentido, podemos identificar na constituição do coronelismo dois fatores, conforme Faoro (1975a; 1975b), configurados em uma situação

---

10 Para aprofundar esta discussão conferir Faoro (1975a; 1975b) e Holanda (2004).

de duplo prestígio, ou de uma troca entre dois atores: o privado e o público, uma reciprocidade entre ambos que afirma os traços mais gerais, conservadores, da propriedade privada rural e autoritária a partir de práticas paternalistas, clientelistas e corruptas:

É claro, portanto, que os dois aspectos — o prestígio próprio dos “coronéis” e o prestígio de empréstimo que o poder público lhes outorga — são mutuamente dependentes e funcionam ao mesmo tempo como determinantes e determinados. Sem a liderança do “coronel” — formada na estrutura agrária do país —, o governo não se sentiria obrigado a um tratamento de reciprocidade, e sem essa reciprocidade a liderança do “coronel” ficaria sensivelmente diminuída (LEAL, 2012, p. 34).

Buscamos de forma sintética demonstrar as peculiares contribuições gaúchas ao processo identificado de racionalização da democracia a partir da maneira como se realizou a dinâmica coronelista que colaborou ativamente para a constituição das quatro características contingenciais já apontadas na sessão anterior: i) o reforço do patrimonialismo, a partir do reforço do poder privado dos coronéis; ii) a afirmação de uma forte cultura conservadora e autoritária a partir da condução centralizada de processos eleitorais com base no “voto a cabresto” e na política do favor; iii) a inexistência de uma sociedade civil autônoma, mas altamente dependente da ação do coronel e o iv) reforço a tendência a um Estado centralizador, onde as funções estatais eram realizadas pelo próprio coronel.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos propomos, na perspectiva colocada pelos pontos anteriores, demonstrar que não temos então um país atrasado, inconcluso, ou até tardio, mas o produto mais avançado de um processo sócio-histórico no qual houve por aqui três fenômenos articulados, no mínimo:

- a) uma forma específica e lucrativa de exploração colonial predatória que se demonstrou lucrativa e sustentou o mercado mundial por quase 400 anos, porém com base na escravidão, como já mencionado, se sustentou pelos seus resultados;
- b) uma forma diferenciada de integração ao sistema capitalista, com base primeiro no mercantilismo e depois com uma adesão aos princípios econômicos do liberalismo, mas não a seus princípios

políticos (direitos individuais) e;

c) a permanência exaustiva de transições conservadoras de regime político, como, por exemplo, em tempos de Revolução Francesa não montar uma república, mas um Império, como interromper os períodos democráticos tanto por uma ditadura civil, como com uma ditadura militar e somar de forma interrompida e temporalmente curta somente dois períodos democráticos;

d) traços de uma democracia contingente, como algo concedido e, ao mesmo tempo, fragilizado pela ação consciente de nossas elites a partir do reforço constante de traços conservadores e autoritários de nossa formação social: o patrimonialismo, o coronelismo, de forte influência gaúcha que tensionam com as tentativas de construção democrática com base em valores universais.

Tais fatos demonstram uma ação racional que acompanha o processo de racionalização capitalista, mas adapta-o a seus interesses e sentido próprio. Assim, estamos, em se tratando de Brasil, não em um estágio, fase ou ciclo atrasado, mas em momento histórico dos mais avançados a partir das possibilidades existentes que advém de nossa formação sócio-histórica e da hegemonia de uma racionalidade conservadora- autoritária sobre uma democrática, frágil e em construção.

## REFERÊNCIAS

- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político Brasileiro**. v. 1. São Paulo: Globo/USP, 1975a.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político Brasileiro**. v. 2. São Paulo: Globo/USP, 1975b.
- FREUND, Julien. **A sociologia de Max Weber**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 17. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1975.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Schwarcz S.A, 2012.

- MERCADANTE, Paulo. **A Consciência conservadora no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
- PRADO JR., Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- SKIDMORE, Thomas Elliot. **Uma história do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SCHARTZMAN, Simon. **Bases do Autoritarismo Brasileiro**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1982.
- WEBER, Max. **Escritos Políticos**. São Paulo: Martins fontes, 2014.

Recebido em 16/2/2016

Aprovado em 5/4/2016